

A identidade negra é única



» JORGE SANTANA
Professor doutor em história
do Instituto Federal do Paraná
(IFPR) Campo Largo

Nas décadas iniciais do século 20, o futebol brasileiro dava os seus primeiros passos e despontavam os grandes clubes de hoje. O primeiro grande craque brasileiro era “pardo”: Arthur Friedenreich, que era filho de um alemão com uma professora negra, tinha a pele negra clara, alguns traços negroides e um cabelo encrespado. Por ser fruto de uma relação inter-racial, Arthur tinha passabilidade, às vezes ele até conseguia se passar por branco no círculo da alta sociedade paulistana. Mas, em 1921, o presidente brasileiro Eptácio Pessoa proibiu os jogadores negros de serem convocados para a Seleção nacional. O motivo: no ano anterior, um jornal argentino publicou uma charge retratando os jogadores brasileiros como “macaquitos”, pois a Seleção era composta por uma parcela de jogadores negros.

A Seleção que disputou o Sul-Americano na Argentina em 1921 era alva como a neve, mas fracassou sem os jogadores negros. Já Friedreich, que, às vezes se passava por branco e buscava prender o seu cabelo ao máximo para esconder a ascendência africana e era o maior jogador daquela Seleção, também não foi convocado — pois ser pardo é ser negro.

Um debate que era intrínseco ao movimento negro se ampliou, nos últimos meses, por meio

de uma polêmica. A atriz negra Camila Pitanga participou do podcast *Mano a Mano*, do rapper Mano Brown, e afirmou: “Sou negra. Eu nunca me achei parda. A questão é como me veem e como eu me vejo. Eu me vejo como uma mulher negra em movimento”. Essa fala gerou um posicionamento do movimento que se autodeclara “parditude”. Segundo o movimento, a atriz deveria ter se autodeclarada parda, já que tem a pele clara e é fruto de uma relação inter-racial. A situação evoluiu para ataques baixos e que levantavam dúvidas sobre a identidade racial da atriz negra.

Polêmicas à parte, pretendo aqui jogar luz sobre as categorias raciais do país ao longo do tempo. A construção étnico-racial brasileira de origem lusitana tem como tradição o colorismo — ou seja, uma ampla gama de distinções raciais que abrange pessoas desde aquelas de cor retinta, pessoas de cor clara, pessoas frutos de relações inter-raciais. Isso forjou identidades raciais parcialmente fragmentadas, apresentando uma possibilidade de mobilidade social e pequenos privilégios, o quanto mais clara é a pele da pessoa negra.

Aqui na Pindorama (Brasil), o movimento negro tem mobilizado duros esforços para construir uma consciência política e racial de que as variações de melanina não configuram uma diferença de categoria racial, étnica ou de cor. Em suma, todos aqueles de pele clara ou pele escura, todos aqueles que têm ancestralidade africana são negros.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estabelece como pessoas negras a soma de pessoas pretas e pardas. As vivências e experiências das pessoas de pele negra clara são singulares e distintas das pessoas de pele negra

retinta. Muitas passam por um doloroso processo até se autoidenticar-se como negro, pois são desestimuladas a se identificarem como tal. Ao mesmo tempo, são aceitos em determinados círculos sociais por serem “menos negros” ou por não possuírem muitos traços de origem africana.

Dar visibilidade a essas vivências das pessoas negras de pele clara não é um problema, o que configura um erro é a defesa de uma nova identidade específica. O movimento parditude erra agudamente ao defender uma nova identidade e categoria, que fragmenta os negros e deixa para trás evidências históricas que apontam que pretos e pardos formam uma mesma categoria racial e étnica.

A proibição da convocação de jogadores negros (pretos e pardos) para Seleção Brasileira em 1922 é um exemplo histórico de como a leitura social sobre a negritude — clara ou retinta — converge para a mesma categoria racial.

Todos são identificados como negros em algum momento de sua vida em que encaram o racismo, além do entendimento técnico do IBGE. A busca por uma fragmentação dessa identidade ou categoria racial fortalece aqueles que defendem o mito de um Brasil tão miscigenado em que não há raça/etnia. A história e o cotidiano apontam o contrário, indicam que a raça existe como conceito sociológico e político e, sobretudo, que os negros claros e escuros são pertencentes a uma categoria étnico-racial, que é a negra.

** Esse texto faz parte de vivências que incluem meu saudoso amigo Felipe Barros, uma pessoa negra de pele clara, um lutador enquanto foi possível, aqui, seguimos em luta!*

Maurenilson/CB



Prisão, rotina dos presidentes



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A luta parlamentar que ocorre no Congresso em torno da aprovação do Marco Legal do Combate ao Crime Organizado é apenas uma faceta da disputa entre governo e oposição pela apropriação da narrativa sobre quem combate melhor o crime organizado ou desorganizado. Os brasileiros já manifestaram em diversas pesquisas de opinião que o maior problema brasileiro na atualidade é a criminalidade. E a administração do PT é percebida como leniente com os meliantes, considerados pessoas perseguidas pelo sistema econômico injusto. Essa curiosa visão da sociedade coloca toda comunidade em risco, porque a dona de casa que vai ao supermercado está ameaçada pela bandidagem. Ninguém gosta disso.

O fenômeno é representado no plano da política pelo surgimento do grupo de governadores de oposição, ou de direita. Eles pretendem aumentar penas e corrigir distorções que a mão leve do PT pretende introduzir no texto da prevenção do crime. Segurança é o ponto fraco do presidente Lula. É seu calcanhar de Aquiles. A vida de Lula já foi melhor. As últimas pesquisas de opinião demonstram que a distância entre ele e os principais candidatos de oposição está se reduzindo. É a fotografia do momento.

O cenário da sucessão presidencial ainda esconde alguns ingredientes. Jair Bolsonaro está

inelegível, além de condenado a uma longa pena de prisão pelo Supremo Tribunal Federal. Ou seja, ele está fora da eleição em 2026. A não ser que aconteçam surpresas muito surpreendentes nos próximos meses, Bolsonaro vai para a cadeia cumprir o mesmo destino de alguns políticos que tiveram momentos exitosos e espetaculares na política nacional. Fernando Collor, por exemplo, hoje vive recluso em Alagoas. Do ponto de vista político, ele perdeu capacidade de influir até na política estadual. Foi um cometa que surgiu na linha do horizonte, causou alvoroço e, depois, continuou sua caminhada em direção a coisa nenhuma.

Eduardo Bolsonaro continua a viver nos Estados Unidos. Perdeu influência junto a Donald Trump. E murchoou. Não tem mais o que fazer lá. Aqui, corre o sério risco de ter o mandato cassado, porque ele trabalhou contra o país. É crime de lesa-pátria. Em qualquer cenário, ele vai pagar um preço elevado por sua campanha contra o Brasil nos Estados Unidos. Flávio Bolsonaro, senador, é mais tranquilo. Derrapa, às vezes, mas tenta ser um negociador. A questão é quantos votos de Bolsonaro ainda permanecerão vivos. Ou seja, quem ainda apoia o ex-presidente. Naturalmente, deverão surgir novas lideranças na direita, que tenderão a tomar o espaço de Jair Bolsonaro. Devem sair do grupo de governadores de oposição. Eles pretendem controlar a indicação do candidato contra Lula. Vai ser uma disputa interessante. Lula com a caneta e o poder, a direita brasileira tem dinheiro e votos.

Mas o Brasil é parte da América Latina, onde tudo pode acontecer. Lula ficou preso 580 dias, deixou a prisão e retornou à Presidência da República. Temer ficou preso algumas horas, mas

experimentou ver o dia atrás das grades. Prisão é um risco permanente para quem se lança na política. Todos os ex-governadores do Rio de Janeiro passaram pela prisão. O normal é cumprir um curto pedaço da pena, depois encontrar o caminho para a liberdade. O ex-presidente da França, Nicolas Sarkozy, viu o sol nascer quadrado por 20 dias. Depois, saiu e foi jantar em bom restaurante parisiense com sua Carla Bruni. Com Bolsonaro, deve-se cumprir o mesmo roteiro: um tempo atrás das grades e, depois, liberdade sob condições. Ele já estará com idade avançada e saúde comprometida. Seu futuro político está nos filhos.

Só para esclarecer: quem nasce na Amazônia é amazônida. Quem nasce no estado do Amazonas é amazonense. Belém fica no estado do Pará, que não é o centro da Amazônia. A cidade foi a capital do estado do Grão-Pará e Maranhão, ao tempo em que a colônia do Brasil era dividida em dois estados: o do Grão Pará e o do Brasil. Grão Pará abrangia os atuais estados do Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí. Do Rio Grande do Norte para baixo tudo era Brasil.

Segundo o IBGE, a população da Amazônia é de 27 milhões de habitantes. A primeira capital do estado do Amazonas foi Barcelos. Depois, a capital foi transferida, em outubro de 1669, para Manaus, local onde os rios Negro e Solimões se encontram e fazem o Rio Amazonas. No episódio da Independência do Brasil, a população do Grão Pará queria continuar ligada a Portugal, como era até aquela data. Militares enviados pelo almirante Cochrane ameaçaram bombardear Belém, em agosto de 1823, e obrigaram os locais a aderir à jovem República brasileira. Ou seja, os amazônidas se tornaram brasileiros à força, depois da Independência do Brasil

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



O psiquiatra como novo tarólogo

Há uma dimensão do sofrimento humano que resiste à linguagem e se manifesta como um ruído permanente, uma presença que não se deixa nomear nem compreender inteiramente. Essa incapacidade de descrever o que nos atravessa, somada ao desconforto de habitar uma interioridade sem forma, faz com que seja tentador terceirizar a outros a tarefa de dizer quem somos.

Em vez de suportar o silêncio que acompanha a pergunta pela própria essência, buscamos o conforto nas definições de figuras que prometem traduzir o indizível: cientistas, médicos, analistas, gurus, especialistas de toda espécie. Neles, projetamos a esperança de que o enigma da existência possa ser resolvido com o rigor de uma fórmula ou com a precisão de um diagnóstico. Essa transferência de autoridade nasce de uma fadiga metafísica: o cansaço de sustentar o peso da dúvida.

Estamos aqui falando da angústia que todos enfrentamos diante da esfinge de Tebas que cada um carrega dentro de si. “Decifra-me ou devoro-te.” Por desespero, recorremos às autoridades. Assim, a ciência, que deveria ser instrumento de investigação, converte-se em sistema de fé, e o saber técnico adquire a função simbólica que antes pertencia ao mito.

O fenômeno não nasce apenas do avanço da psiquiatria, mas de um deslocamento cultural mais profundo, em que o sofrimento deixou de ser vivido e passou a ser um quebra-cabeça a ser resolvido. O cristianismo, com todos os seus equívocos históricos, continha uma dimensão simbólica e ética que remetia à experiência do mistério, à consciência da limitação humana, à ideia de transcendência e de sentido.

A ciência, quando reduzida a instrumento de poder discursivo, não substitui essa dimensão, mas a silencia com uma boa dose de venvanse, sertralina ou fluoxetina. O resultado é uma cultura que se diz racional, mas que age movida por um fervor missionário. A confiança cega em relatórios, modelos e especialistas não é menos dogmática que a fé dos antigos, apenas mais disfarçada pela linguagem técnica.

As redes sociais amplificaram esse processo. Cada laudo, real ou presumido, converte-se em elemento de identidade, em bandeira estética e em ponto de encontro para comunidades que trocam sintomas como quem compartilha afinidades. O transtorno passa a operar como senha cultural e, ao mesmo tempo, como fronteira. O sofrimento é exibido, estilizado, reconhecido e celebrado. O vocabulário clínico, antes restrito a consultórios, tornou-se material de expressão pública, misturando-se a hashtags, playlists e discursos terapêuticos de autoajuda.

A consequência é a substituição da interioridade pela descrição. O indivíduo aprende a falar de si por meio de diagnósticos que o precedem, que já estavam prontos antes de ele se reconhecer neles. É como se o sofrimento precisasse de uma certidão para existir. Essa apropriação da linguagem médica tem algo de religioso: transfere à figura do psiquiatra a autoridade do intérprete, aquele que lê o destino nos exames, nas escalas e nos manuais. O divã torna-se um altar laico, e o consultório, um templo silencioso em que cada palavra tem peso de revelação.

O resultado é uma cultura que valoriza a consciência do próprio transtorno mais do que a experiência da própria vida. Talvez, o que nos falte não seja um novo diagnóstico, mas a coragem de permanecer no vazio que antecede qualquer definição. A angústia, quando suportada sem anestesia, é ainda a expressão mais honesta do humano. O sofrimento, antes de ser uma patologia, é uma forma de consciência, uma lembrança incômoda de que existir é sempre um desajuste entre o que somos e o que desejamos ser.

Nelson Rodrigues dizia que “toda unanimidade é burra”, e, talvez, possamos estender a provocação: toda certeza sobre a alma é prematura. Ao tentar domesticar a dor com a linguagem técnica, perdemos o contato com a vastidão que ela aponta. É possível que a tarefa mais urgente do nosso tempo não seja curar o sofrimento, mas restituir-lhe o estatuto de experiência legítima, inseparável da condição humana. Pois, sem ele, não resta nada que nos obrigue a olhar de frente o abismo e reconhecer nele, paradoxalmente, o que ainda nos mantém vivos.

» A frase que foi pronunciada

“Se você pudesse ler minha mente, não estaria sorrindo.”

Tamara Ireland Stone, em *Every last word*

» História de Brasília

Ficharam, cada um, quinhentos candangos. Mantiveram os homens parados durante dois meses e, agora, despediram todos. Nada foi feito, e ninguém sabe quanto se gastou nessa operação engodo (Publicada em 11/5/1962)